



Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

QUE PORTUGAL AGRÍCOLA ESTAMOS A CONSTRUIR?



REVISTA TRIMESTRAL # 103
JUL|AGO|SET| 2015 | Distribuição Gratuita

Grande Entrevista
Gabriela Ventura

3

EDITORIAL

MAIS JOVENS NAS TERRAS DE PORTUGAL

Eduardo Almendra | Presidente da AJAP

4

DOSSIER CENTRAL

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, O PRÓXIMO FUTURO

António Covas | Professor na Universidade do Algarve

QUE PORTUGAL AGRÍCOLA ESTAMOS A CONSTRUIR?

Vasco Cunha | Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

O FUTURO DOS JOVENS AGRICULTORES EM PORTUGAL

Miguel Dias da Silva | Presidente da AJADP - Associação dos Jovens Agricultores do Distrito do Porto

QUE PORTUGAL AGRÍCOLA ESTAMOS A CRIAR?

Lino Afonso | Diretor da Área Agrícola CA - Seguros

AJAP APONTA CAMINHO PARA OS JOVENS AGRICULTORES

13

CASOS DE SUCESSO

JOVEM AGRICULTOR

Luís Filipe Guerra

JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

David Moreira

16

GRANDE ENTREVISTA

Gabriela Ventura

20

AGRICULTURA PORTUGUESA

EXPORTAÇÕES E INTERNACIONALIZAÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR

Luís Mira da Silva | Professor do Instituto Superior de Agronomia | Universidade de Lisboa

21

EM FOCO

DISPONIBILIZAÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DOS SOLOS NACIONAIS

Nuno Russo | Coordenador da Bolsa Nacional de Terras (BT)

22

REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL

PROTOCOLO AJAP E CA

João Chendo | Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal

23

PUBLICIDADE

24

INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INVESTIGAÇÃO

CACTUSEXTRACTUS - O FIGO DA ÍNDIA EM SOLO ALENTEJANO

26

ASSOCIATIVISMO

Feira Nacional de Agricultura 2015

Presença da AJAP nos seminários das ilhas do Pico e Faial

Desbravar caminho para fazer crescer e valorizar a Carne dos Açores

28

PUBLICIDADE



Eduardo Almendra | Presidente da AJAP

MAIS JOVENS NAS TERRAS DE PORTUGAL

Este número da Revista Jovens Agricultores sai, porque assim o determina a sua programação muito próximo das Eleições Legislativas de 4 de outubro.

Tal como qualquer organização da sociedade civil, a AJAP deseja que se viva mais um dia da nossa democracia com elevação, e que no fim Portugal saia vencedor para uma nova legislatura.

Aliás, as verdadeiras preocupações dos agricultores e jovens vão muito para além do calendário da democracia representativa instituída. Projetar regadios no país, sim, Portugal não pode ficar pela menina dos olhos dos políticos, o Alqueva, e esquecer todo o interior deserto e seco a necessitar de mais investimentos nesta área. De igual forma devemos falar de melhorias fundiárias e estruturais, emparcelamento, caminhos rurais, eletrificação, rejuvenescimento, formação profissional, mercados locais, grande distribuição e exportação, grandes áreas que necessitavam de entendimentos políticos que deviam ultrapassar e muito atos eleitorais.

É assim importante lançar **mais jovens nas terras de Portugal**, com incentivos à instalação, com formação adequada e com **acompanhamento** permanente durante e após a instalação. São todas questões propostas pela AJAP que infelizmente os programas de apoio não acatam na sua generalidade, apenas parcialmente e com números aquém das reais necessidades para quem investe num setor estratégico muito complexo.

A seca que hoje atravessamos não divide os agricultores portugueses, pois seguramente todos somos solidários com os colegas mesmo que alguns não sintam o problema de igual forma, pelo facto das suas explorações se situarem em perímetros de rega. Esperemos muito sinceramente que os políticos percebam a verdadeira dimensão da catástrofe e atuem em conformidade nessas regiões onde verdadeiramente não chove desde dezembro de 2014.

Continuamos a ter o gasóleo e a eletricidade mais cara da Europa, entre outros fatores de produção, e claro perdemos também por isso competitividade para os nossos parceiros. Mercados locais (postos de venda de agricultores) procuram-se, há muito quase inexistentes, as grandes superfícies mudaram o discurso, dialogam mais com a produção, mas no concreto houve poucas alterações nos procedimentos. As exportações são um chavão para os mesmos de sempre, os que conseguem as medidas adequadas à sua dimensão, como diz o ditado “albarda-se o burro consoante o tamanho”.

O atual governo mexeu, deu visibilidade, tentou criar roturas e inovação em algumas áreas, mas do nosso ponto de vista, o mais negativo foi o afunilamento do setor, fechando-o à volta de determinadas produções, determinadas regiões e determinada dimensão.

Pode o futuro Governo contar com a AJAP, discordando aqui ou ali, colaboramos e participamos na expectativa que a nossa voz seja ouvida e possa introduzir alterações, por mais pequenas que sejam na tentativa de contribuirmos para a construção de um país agrícola e rural mais próspero, mais acolhedor e mais dinâmico.

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Director Eduardo Almendra

Coordenação Departamento de Comunicação

Redacção Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Olga Sereno

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I.P.



António Covas | Professor na Universidade do Algarve

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, O PRÓXIMO FUTURO

Estamos no quinto exercício de programação e execução de fundos estruturais europeus. Na minha modesta opinião vamos cometer pela quinta vez consecutiva o mesmo erro de avaliação e planeamento estratégico em matéria de agricultura, desenvolvimento rural e administração do território. Isto é, sem uma vigorosa política de desenvolvimento regional ao nível das NUTS II, faltarão sempre um centro de racionalidade a uma escala suficiente para dar profundidade, espessura e continuidade a uma política integrada de desenvolvimento territorial. Tudo o que fica abaixo desta linha de intervenção NUTS II, nos planos local, intermunicipal e sub-regional, não tem a consistência e a sustentabilidade suficientes para inverter a tendência pesada de abandono e desertificação que se verifica há décadas em muitas regiões e concelhos de Portugal. Para as câmaras municipais, porém, este “parece ser” o melhor dos mundos, pois são constituídas em pivots de distribuição de fundos via associações de municípios, empresas e fundações municipais, associações de desenvolvimento local e comunidades intermunicipais.

Infelizmente somos reincidentes nestes erros de avaliação. Há muito que o problema principal deixou de ser o financiamento disponível ou a “institucionalização” dos programas de desenvolvimento rural. Estigmatizámos de tal modo a “questão regional” em Portugal que qualquer evolução nessa direção se assemelha a uma “desmunicipalização perigosa”.

Não tenho dúvidas de que temos um excelente programa de desenvolvimento rural, ideias inovadoras sobre modernização

e competitividade, fundos estruturais em volume apreciável e muitas primeiras instalações prometedoras de jovens agricultores. Tudo isto, porém, dificilmente resistirá à continuada abertura dos mercados, ao esmagamento progressivo de margens comerciais e à fúria predadora do estado burocrático-fiscal, como, aliás, foi bem visível durante a actual legislatura.

O problema está longe, porém, de ser meramente empresarial, pois é estruturalmente muito mais grave. O país tem parcelas crescentes do seu território em estado de necessidade que mais parecem verdadeiros “territórios em reclusão”. Refiro-me a municípios inteiros sem actividade económica digna desse nome, com uma população totalmente envelhecida e, sobretudo, sem um horizonte de esperança no futuro próximo ou longínquo. Vamos para o quinto exercício de programação dos fundos estruturais europeus e ninguém parece interrogar-se sobre as

“
O problema está longe, porém,
de ser meramente empresarial,
pois é estruturalmente muito mais
grave. O país tem parcelas
crescentes do seu território
em estado de necessidade
que mais parecem verdadeiros
territórios em reclusão.”

razões pelas quais as assimetrias regionais e territoriais se agravaram em quase trinta anos de investimento local, rural e regional. De cada vez que há “um período de ajustamento”, por razões de défice ou de dívida pública, assistimos a uma desvalorização dos ativos do território, isto é, a uma forte depreciação dos investimentos entretanto realizados. Este será o nosso principal problema, agora e no futuro, ou seja, a destruição de tecido produtivo sempre que haja um período de ajustamento. Com efeito, não haverá política de desenvolvimento rural que resista ao “para-arranca” da política de ajustamento macroeconómico. Estou, sobretudo, a pensar nesse mar imenso que é o “Grande País do Interior”, nesses concelhos do rural remoto que crescem todos os dias à míngua de esperança e gente empreendedora.

E, no entanto, apesar das grandes dificuldades destes territórios do “Grande País do Interior”, ninguém será capaz de eliminar a complexidade do real, a contingência da natureza e a imaginação humana.

Não tenho desta matéria uma visão simplesmente agrarista e microeconómica. Mesmo nos lugares mais improváveis nascem iniciativas que são pequenos laboratórios de construção de novas territorialidades, onde, a pouco e pouco, se recupera o capital natural e o capital social e se desperta a inteligência territorial adormecida dos lugares. Nestes “não-lugares” teremos de vencer a inibição ou o receio que sentimos em enfrentar as alternativas ao modelo dominante de agricultura, em ir à redescoberta, sem quaisquer medos, da nossa exclusão e mesmo contra-racionalidade. Se formos capazes de assumir estes riscos, iremos, também, redescobrir muitos espaços territoriais que já considerávamos “não-lugares”, pois mesmo nos espaços mais críticos da baixa densidade há uma razão virtuosa e um génio dos lugares que podem irromper a qualquer momento, se forem devidamente provocados por um “ecossistema acolhedor” que receba no seu seio os recém-chegados, sobretudo os mais novos mas, também, os denominados neo-rurais que são portadores de muita energia e motivação.

É justamente aqui que residem minhas dúvidas mais fundamentadas. Receio bem que, para o próximo programa de

desenvolvimento rural (2014-2020), estes “ecossistemas acolhedores” de natureza multifuncional não estejam funcionais e operacionais para receber no seu seio todos aqueles que tomarem a decisão de vir em busca da 2ª ruralidade. Este “ecossistema acolhedor” poderia ser definido como uma “nova estrutura de condições e oportunidades” e, em primeira instância, seria um local de encontro e aconselhamento para o jovem agricultor (JA) e para o jovem empresário rural (JER), no âmbito territorial das NUTS II. Na minha concepção, estes “ecossistemas acolhedores” poderiam assumir a forma de território-rede e seriam o terreno de eleição para fazer emergir e convergir no “Grande País do Interior” estas duas figuras (JA e JER) que são fundamentais para uma abordagem integrada do desenvolvimento territorial no próximo futuro. Esse “ecossistema acolhedor” seria, igualmente, uma rede privilegiada de extensão agro-rural assente no triângulo - um forte associativismo agro-rural, uma moderna administração pública do território e uma adequada rede de extensão universitária e politécnica - e, consequentemente, um nível de prontidão que este triângulo operacional seria capaz de providenciar em cada região. Por estas razões, sugiro, em primeiro lugar, que as DLBC rurais aprovadas no âmbito territorial de cada NUTS II possam vir a constituir uma rede de extensão agro-rural a esta escala e, em segundo, plataformas de aconselhamento no quadro de cada DLBC. Por que não pedir à AJAP para se incumbir desta tarefa, em benefício do JA e do JER?





Vasco Cunha | Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

QUE PORTUGAL AGRÍCOLA ESTAMOS A CONSTRUIR?

O debate sobre Portugal Agrícola é recorrente na sociedade portuguesa. Durante anos ouvi discussões sobre o rumo que agricultura portuguesa levava sem nunca me rever na generalidade das afirmações pejorativas associadas ao modelo europeu adoptado em Portugal.

Considero que o percurso da agricultura portuguesa desde a nossa adesão à comunidade económica e europeia foi positivo. A política comum agrícola (PAC) permitiu um volume ímpar de investimento no setor e consequentemente um acréscimo de produtividade elevadíssimo na generalidade das nossas produções. É verdade que muito mais poderia e deveria ter sido feito. Sem discussão! Poderíamos ter aproveitado ainda mais os apoios comunitários para reconversões produtivas e deveríamos ter sido mais criteriosos nos investimentos realizados e na sua viabilidade. Porém, não tenho dúvidas que o saldo é largamente positivo e benéfico quer para produtores quer para os consumidores.

A agricultura portuguesa tem hoje inúmeros casos de sucesso capazes de competir em quantidade ou em qualidade e de se afirmar internacionalmente. Tem igualmente muitos desafios que resultam da constante e permanente globalização e da estrutura do nosso tecido produtivo. É o caso do leite onde a pressão nos preços põe em risco a viabilidade financeira de muitas explorações. Também as hortícolas e as frutícolas terão de fazer face a uma concorrência alargada proveniente da abertura de mercados, em resultado do acordo comercial com Marrocos. Na produção de carne os

principais obstáculos baseiam-se na nossa estrutura fundiária, dominada pelo extensivo, economicamente menos competitivo quando comparado com sistemas intensivos de produção.

Apesar de todos os condicionalismos internacionais julgo que há espaço para que a agricultura portuguesa se posicione globalmente ainda mais positiva, fruto do grande dinamismo no investimento agrícola mas também da linha evolutiva que as exportações têm demonstrado.

“
A política comum agrícola (PAC) permitiu um volume ímpar de investimento no sector e consequentemente um acréscimo de produtividade elevadíssimo na generalidade das nossas produções.
”

Nos últimos quatro anos houve como base uma política ambiciosa e determinada que contribuiu para dar consistência e garantia à vontade do setor em crescer e se desenvolver. Foram dados passos cruciais para que a agricultura nacional se torne mais competitiva - mais qualificada, dando mais liberdade de escolha aos agricultores - reforçando o seu poder negocial no escoamento e na comercialização dos seus produtos.

Relembro alguns pilares basilares adotados para que o próximo futuro agrícola possa ser encarado com maior otimismo. São ações estruturantes que não só contribuem para o aumento do valor da produção, como também dignificam a profissão de agricultor e a sua função na sociedade.

1) Fundos comunitários

Encarou-se a relação com os fundos comunitários com maior profissionalismo. Os apoios por via do primeiro e do segundo pilar da PAC passaram a ter previsibilidade, após se ter concluído o parcelário agrícola, unidade fundamental para garantir a continuidade dos pagamentos.

Concluiu-se as obras no maior regadio da Europa - o Alqueva - com recurso a fundos estruturais e não agrícolas como anteriormente previsto, libertando estes para o apoio à produção.

2) *Relação comercial*

Contribuiu-se para a alteração da relação comercial entre os produtores, a distribuição e os próprios consumidores. Foram revistas normas de pagamento e práticas restritivas de comércio, incentivando maior equidade no poder negocial dos produtores.

Foram tomados os primeiros passos para dinamizar os mercados de proximidade como meio preferencial de escoamento de pequenas produções e de produtos de elevada qualidade.

3) *Estrutura fundiária*

Criou-se uma bolsa de terras públicas e privadas para arrendamento ou venda de terras, também com aptidões agro-florestais, de modo a aumentar a oferta de terra para produção aos jovens agricultores ou a quem desejar aumentar a área agrícola.

Alterou-se a “Lei dos Baldios” no sentido de alargar a possibilidade da sua utilização a toda a comunidade e não apenas a alguns membros como anteriormente se verificava.

4) *Segurança e previsibilidade*

Aprovou-se um novo sistema de seguros agrícolas mais barato e abrangente que permite aos agricultores ter uma maior segurança, terminando com um SIPAC desajustado para os produtores e dispendioso para o Estado.

5) *Pequenas produções*

Criou-se um regime forfetário de IVA para os pequenos agricultores que podem passar a recuperar 6% do valor das suas compras, melhorando a sua tesouraria e as suas contas de cultura.

Optou-se, no âmbito da nova PAC 2014-2020, por um

“regime da pequena agricultura”, atribuindo aos pequenos produtores do sistema uma ajuda comunitária única de 500 euros/ano, isentando-os de todas as burocracias e pressupostos exigidos aos restantes agricultores.

Paralelamente, foi intensificada uma estratégia de internacionalização que possibilitou a abertura de 71 novos mercados e conseqüentemente habilitou mais 180 novos produtos ou grupo de produtos.

Em suma, e no meu entender, foram medidas justas que visam um Portugal Agrícola mais próspero. Foram políticas que permitem ambicionar com realismo um aumento da produção nacional, de modo a que em 2020 sejamos auto-suficientes em valor.

O Portugal agrícola que estamos a construir está, assim, mais preparado para contribuir - na nossa escala - para um dos maiores desafios da humanidade. Aumentar o valor da produção agrícola, para alimentar uma população mundial em forte ritmo de crescimento, cada vez mais distanciada do mundo rural e concentrada em zonas urbanas.

As Nações Unidas estimam que em 2050 o planeta tenha mais de 10 mil milhões de habitantes, o que corresponde a um acréscimo de cerca de oito milhões por ano. Este cenário coloca uma pressão na produção de alimentos muito acentuada: produzir mais com menos, pois os recursos são naturalmente escassos.

O Portugal agrícola que estamos a construir está, na sua medida, a contribuir para este desafio: produzir alimentos de forma sustentável permitindo a viabilidade económica e social dos agentes produtivos que são os nossos agricultores, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Definido este rumo, espero que o próximo Governo - seja ele qual for - se mantenha coeso na defesa da agricultura nacional, continuando o trabalho desenvolvido desde 2011, olhando para o sector como sendo estratégico para o nosso país.





Miguel Dias da Silva | Presidente da AJADP - Associação dos Jovens Agricultores do Distrito do Porto

O FUTURO DOS JOVENS AGRICULTORES EM PORTUGAL

Ser agricultor está na moda, porventura é encarado como um modo de vida mais saudável, o que é verdade, mas para além disso é necessário que dessa atividade provenha sustento para esse jovem e sua família.

Tendo isso em mente, o futuro agricultor, o jovem empreendedor que inicia a sua atividade deverá ter vários aspetos em conta, quando se lança nesta nova fase da vida. Antes de mais parece-me importante possuir formação, mesmo que esta não seja de nível académico, existe uma grande variedade de cursos disponíveis que podem ajudar o futuro empresário a apurar os seus conhecimentos. Para além deste aspeto é de toda a importância, antes de iniciar a sua atividade, tentar um primeiro contacto com o negócio pretendido, isso irá permitir pular alguns dos primeiros problemas a enfrentar durante a sua carreira, um estágio numa empresa do ramo, ou quem sabe um trabalho temporário. A escolha da atividade a que

se vai comprometer é também da maior importância, por vezes uma observação dos colegas já implementados na sua zona pode revelar qual a decisão mais acertada, até porque muitas vezes já lá existem estruturas que irão facilitar essa mesma atividade; caso isto não se verifique é da maior importância assegurar o escoamento da sua produção previamente ao início do projeto, o que irá permitir uma projeção mais eficaz do futuro da exploração.

Atualmente está em vigor o PDR2020 estando disponíveis apoios para os Jovens Agricultores iniciarem a atividade. A candidatura ao projeto de primeira instalação, é muito im-

portante, este impulso inicial com o prémio de primeira instalação, juntamente com a ajuda ao investimento, permite que a fase de arranque do negócio seja potenciada, melhorando a rentabilidade da exploração. É portanto da maior importância procurar a melhor ajuda e apoio técnico para a realização desta candidatura. Penso que no futuro teremos dois tipos de agricultores. Por um lado, pequenos empresários que trabalham a pensar num

mercado local, explorando os produtos mais tradicionais aliando a isso o turismo, valorizando assim a sua atividade. Por outro lado, uma agricultura de maior dimensão, mais especializada e com recurso às últimas tecnologias, com o inconveniente de se trabalhar com margens mais apertadas, e muitas vezes com relações com os restantes *players* do setor mais complicadas.

Estou convencido que o futuro dos jovens agricultores e o sucesso das suas explorações estará intimamente ligado à capacidade de se associarem, aumentando

assim a capacidade de negociação perante o mercado. Permite também uma maior intervenção ao nível político. A capacidade e possibilidade de nos constituirmos como lóbi junto dos líderes do país, é no momento atual da maior importância e continuará a sê-lo no futuro. O trabalho do agricultor é muitas vezes desprezado e posto em segundo ou terceiro lugar, destruindo assim todo o esforço para levar a sua exploração ao sucesso. Valorizar o agricultor, o seu trabalho e a sua produção será sem dúvida uma das grandes lutas para o futuro agrícola Português. No fundo, devemos ter presente que **juntos somos mais fortes!**

“
Estou convencido que o futuro dos jovens agricultores e o sucesso das suas explorações estará intimamente ligado à capacidade de se associarem, aumentando assim a capacidade de negociação perante o mercado.
”



Lino Afonso | Diretor da Área Agrícola CA - Seguros

QUE PORTUGAL AGRÍCOLA ESTAMOS A CRIAR?

Passados quase 30 anos desde a nossa Adesão à Comunidade Económica Europeia, hoje, é tempo de fazer alguma reflexão, em primeiro lugar o que foram estas últimas três décadas e por outro lado, o futuro que pretendemos e queremos trilhar.

Se há trinta anos, tivéssemos uma clara ideia do percurso que fizemos, do dinheiro que foi investido e do ponto de situação onde nos encontramos, seria caso para evitar algum despesismo que se instalou, fruto da abundância financeira existente na altura, e da escassa ou inexistente estratégia que o país tinha para este setor na altura.

Não tenho qualquer dúvida que toda e qualquer Nação Soberana no Mundo, não deve prescindir da existência de uma reserva estratégica de produção de alimentos, quer seja ela pequena ou grande, em função das necessidades do país.

Temos a perfeita consciência de que a facilidade com que se obtinham financiamentos a “Fundo Perdido” por um lado, e a falta de conhecimentos dos desafios que se esperavam, levou a ditar o insucesso de muitos dos investimentos e explorações que se criaram nessa época.

Os anos que se avizinham, vão possibilitar fazer mais um vasto conjunto de investimentos, agora não tendo grande margem para erros, pois não só os meios financeiros começam a ser mais exíguos por via do alargamento da União Europeia, como também pela complexa e feroz competitividade que se vive nos mercados alargados e cada vez mais globalizados.

Hoje, felizmente o país começa a dispor de uma geração que procura a Agricultura como um modo de viver, com uma mentalidade e conhecimento bastante diferente daquela que existia no passado longínquo e menos no passado recente. Quer isto dizer, que embora lentamente fizemos progressos significativos, quer em termos de mentalidades, quer em conhecimentos técnicos e sobretudo em profissionalismo.

“
Hoje, felizmente o País começa a dispor de uma geração que procura a Agricultura como um modo de viver, com uma mentalidade e conhecimento bastante diferente daquela que existia no passado longínquo e menos no passado recente.
”

Não há margem para dúvidas que a geração de agricultores do presente está mais preparada que a do passado e que a geração do futuro estará ainda mais preparada que a do presente. É com esta moldura humana que temos que relançar a nossa Agricultura, torná-la competitiva, geradora de riqueza interna e suporte estratégico de um país que tem que sair do marasmo da dependência alimentar da Europa e do Mundo, para um país que aproveita os seus recursos naturais ímpares, embora com pequena dimensão, impõe-se nos mercados com produtos de alta qualidade,

diversificados e de valor acrescentado.

Para que este paradigma venha a ser uma realidade, o papel, o desempenho e a importância do Jovem Agricultor é determinante no caminho a desenvolver e na linha condutora de todo este processo. “Os Jovens do Presente são o Garante do Futuro”.

Neste contexto, a AJAP tem uma importância estratégica grande e simultaneamente uma responsabilidade enormíssima, enquanto Organização de Classe, Entidade Formadora, divulgadora de informação, representante dos interesses da



Classe junto das Entidades Oficiais e Instâncias Europeias, dinamizadora de Entidades de suporte à comercialização e procura de novos mercados, etc.

A maturidade alcançada pela AJAP ao longo dos seus 30 anos, deixa-lhe espaço suficiente para aproveitar as várias sinergias emergentes e potenciá-las de forma a catapultar o aparecimento de Jovens Empresários cada vez mais capacitados, mais profissionais e abertos à mudança necessária que conduz ao sucesso da nossa Agricultura.

Dispomos hoje de uma Agricultura mais competitiva e com outros conhecimentos e instrumentos inexistentes no passado. Sendo o risco de aleatoriedades climáticas, um dos principais fatores de insucesso, o verdadeiro empresário consegue mitigar esse risco através de um Sistema de Seguros Agrícolas, o qual tem vindo a evoluir muito positivamente, dando resposta às principais atividades do setor.

Para tanto, este sistema é co-financiado por Fundos Europeus com vista a tornar os preços mais atrativos e torná-lo um instrumento de massa, salvaguardando as produções e a continuidade financeira das empresas.

O presente sistema já segura produções, quer sejam elas de vinha, hortícolas, frutícolas ou outras. Bem como animais, suas doenças e perdas diferidas por ocorrência de doença e ainda plantas que se encontrem sujeitas a incêndios.

Nos últimos anos temos assistido a um incremento das exportações nomeadamente em produtos agrícolas, vertente que me parece imprescindível na geração de riqueza.

Por todos estes fatores, estou convicto de que estamos percorrendo um trajecto que era necessário, mas de vital importância para o país, para bem de todos nós.



AJAP APONTA CAMINHO PARA OS JOVENS AGRICULTORES

Conclusões do 1º Congresso

Este foi um momento alto para o setor agrícola jovem que decidiu unir forças para ter uma palavra concreta sobre o futuro desta atividade. O evento que marcou a agenda nacional política e agrícola realizou-se nos dias 2 e 3 de Julho, em Ponta Delgada, nos Açores, com o tema central “Investir, Inovar... e Internacionalizar”. Distinguiu-se como um evento de sucesso que contou com a participação de mais de 380 pessoas.

A agricultura é a principal atividade dos Açores, numa região que reúne a idade média mais baixa de jovens (com idade inferior a 35 anos) e foi também a zona que se deparou este ano com o enorme desafio de responder ao fim das quotas do leite. A cidade de Ponta Delgada foi o local escolhido para o centro da discussão, num Congresso que juntou, **4 antigos governantes**, quase **1 dezena de membros dos Governos regional e central**, cerca de **20 representantes de entidades e empresas** do setor, **académicos, agricultores e jovens agricultores**. Foi traçado um caminho e foram apresentadas soluções concretas para resolver os problemas que o setor atravessa. Apresentamos aqui em primeira mão as propostas que saíram desta importante reunião magna.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES:

- **Na inovação, no investimento e na manutenção das explorações, invoca-se a necessidade de uma gestão eficiente de recursos:** Um dos problemas manifestados no setor agrícola tem sido a evolução dos preços, o que requer uma atenção redobrada nas opções de investimento, ou seja, o comportamento dos preços revela um acréscimo mais acentuado no custo dos fatores de

produção do que nos custos do produto.

- **Regime de contribuições para a Segurança Social:** Desde o ano 2011 que o pagamento de contribuições para a Segurança Social se tornou dramática para alguns agricultores nomeadamente jovens, uma vez que o regime de tributação aumentou exponencialmente para quem se instalou a partir dessa altura na agricultura. Neste caso, os empresários em nome individual, em particular no setor do leite, acabam por ter volumes altos de faturação que vão repercutir-se em pagamentos extremamente elevados à Segurança Social e que não correspondem à realidade dos seus lucros, já que no conjunto, a despesa associada à exploração é colossal.

- **O nível fraco de instrução dos produtores torna deficitária a inovação no setor:** A grande massa dos agricultores nacionais apresenta um nível de instrução e qualificação profissional muito reduzido, que está diretamente relacionado com a idade do agricultor, e que se traduz no difícil abandono das práticas tradicionais, e na parca adesão às tecnologias.

- **Há uma necessidade imperiosa de rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola:** Em termos nacionais, situa-se apenas nos 2% os jovens abaixo dos 35 anos e 6% a população abaixo dos 45 anos de idade. É necessário garantir o contínuo processo de entrada de jovens agricultores para o setor, e paralelamente, assegurar que mais jovens assumam uma atitude de empreendedorismo e inovação no espaço rural.

- **Revitalizar o mundo rural | Jovem Empresário Rural:** O interior do país carece de investimento nas regiões mais desfavorecidas, de forma a travar o escarpado envelhecimento geracional. São urgentes medidas políticas para travar a desertificação no interior do País. Apela-se à ratificação do conceito da figura do Jovem Empresário Rural (que ainda não é uma realidade), que permitiria trazer para as zonas mais despovoadas do país, uma massa jovem e capacitada para desenvolver atividades que contribuam para a economia local e nacional.

- **Atual quadro de apoio às primeiras instalações**

Ausência de uma política de formação adequada ao Jovem Agricultor: No atual quadro, a respectiva formação ocorre, apenas, após a aceitação da concessão de apoio, pelo que é de extrema importância proceder-se a esta alteração, para que a formação se faça à priori da instalação.

Valor do prémio vs montante de investimento: O atual quadro de apoio determina obrigatoriamente um investimento superior a 55 mil euros para atingir o prémio de 15 mil euros, sendo que o valor máximo do prémio (26.250 euros) apenas será atingido para investimentos superiores a 140 mil euros, revelando valores completamente díspares do anterior quadro, em que o montante máximo do prémio era de 30 mil euros contra um investimento de 75 mil euros.

- **Reequilibrar a cadeia alimentar:** Tem que haver uma noção de que é essencial equilibrar a balança da distribuição e da produção. Uma grande parcela da distribuição Nacional (cerca de 85%) é feita pelas grandes superfícies, fazendo com que a estrutura de distribuição das economias locais se desintegrate.

- **Apostar na exportação:** É impreterível a continuação de um esforço para que as exportações continuem a crescer e para que se vá eliminando sucessivamente o intervalo de défice agro-alimentar. Aliada à exportação, é necessário vincular a presença do produto e das empresas portuguesas noutros mercados e colmatar a deterioração do preço pago ao produtor.

MENSAGEM DA DIREÇÃO DA AJAP SOBRE CONGRESSO:

Jovens agricultores, legitimados pelas suas organizações em representação da agricultura jovem do país (Continente e Arquipélagos), e o insigne grupo composto por um leque de figuras diversas, nomeadamente dos atuais Governos, e ex-governantes, ministrou o 1º Congresso Nacional dos Jovens Agricultores, pautado pelo sucesso. Este segmento geracional de agricultores expôs de forma clara os problemas e dificuldades que a actividade apresenta. Desta forma, foi visada uma preocupação com o alto custo dos fatores de produção, que em Portugal são dos mais caros da Europa, as avultadas contribuições à Segurança Social, que atinge sobretudo empresários em nome individual, a problemática do setor do leite, que atravessa um momento menos próspero, consequente dos preços praticados ao produtor após abolição do regime das quotas leiteiras, a morosidade nos trâmites legais e burocráticos dos projectos, e os problemas relativos à comercialização e a valorização efetiva das suas produções. A finalidade deste encontro foi cumprida, com uma focagem nos principais desafios do setor agrícola e o mundo rural no horizonte 2020, sendo a figura do Jovem Empresário Rural salientada como parte da solução para o preocupante fenómeno da desertificação.

1º PAINEL | INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL Dr. João Monteiro (Easy Fruits & Salads – Açores | Professor Doutor Arlindo Cunha (Ex-ministro da Agricultura e Docente na Universidade Católica do Porto) | Eng.ª Fátima Amorim (Diretora Regional do Desenvolvimento Regional dos Açores) | Eng.º Firmino Cordeiro (Diretor-Geral da AJAP) | Eng.º Eduardo Diniz (Diretor do GPP) | Dr. Filipe Alves (Alves e Barros – Madeira) | Pedro Rei (Jovem Agricultor – Continente)



SESSÃO DE ENCERRAMENTO Professora Doutora Assunção Cristas (Ministra da Agricultura e do Mar | Eng.º Luís Neto de Viveiros (Secretário Regional da Agricultura e Ambiente dos Açores) | Representantes das Associações de Jovens Agricultores dos Açores e da Madeira | Eduardo Almendra (Presidente da AJAP)



JOVEM AGRICULTOR

Luís Guerra é um jovem agricultor que decidiu enveredar no setor há três anos, com uma exploração de ovinos de leite. Tal como outros jovens agricultores, deparou-se com um extenso processo burocrático, e que muitas vezes é o responsável para que muitos desistam antes de se instalarem, no entanto a persistência e a vontade de fazer o seu projeto singrar, ditam atualmente Luís como um jovem agricultor de sucesso.



PERFIL

Nome: Luís Guerra

Idade: 33 anos

Estado Civil: Casado

Habilitações: 9º ano de escolaridade

CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Ano de Instalação: 2012

SAU: 49, 68 ha

Local: Reigada - Figueira de Castelo Rodrigo

Especialização Produtiva: Ovinos de Leite

Mão-de-Obra Permanente: 2 pessoas

Quais foram os motivos que o levaram a enveredar pela atividade agrícola, especificamente pela área da pecuária?

Embora exista cada vez mais burocracia associada à atividade agrícola, foram as inúmeras potencialidades que o setor oferece, que me levaram a enveredar pela área.

O Quadro de Apoio à Instalação funcionou (em certa parte) como um incentivo à sua candidatura?

Considero que contribuiu em certa parte, contudo as condições não correspondiam às expectativas.

Que dificuldades foram sentidas antes da instalação do projeto? As mesmas verificam-se atualmente?

Não houve grandes dificuldades, a não ser na parte da gestão financeira, mas atualmente esse patamar está estabilizado.

Fala-se num excesso de burocracia, como uma barreira à candidatura. Em algum momento pensou em desistir?

O processo burocrático inerente à candidatura pode ser visto muitas vezes como um entrave, e no meu caso não foi fácil de ultrapassar, no entanto nunca pensei em desistir.

Deteta-se a ausência de um sistema de aconselhamento e acompanhamento no terreno, de forma continuada, e particularmente nos primeiros anos de atividade. Esta “falha” tem tido algum impacto para si?

No meu caso não teve impacto negativo. Ainda assim, reconheço que é algo que deveria ser melhorado, até porque tenho conhecimento de algumas situações atravessadas por colegas do ramo, os quais têm tido dificuldades, causadas em parte por essa falha. Uma das coisas que poderia ajudar a resolver a massa dos problemas dos agricultores, seria criar um organismo ao qual poderíamos dar o nome de Loja do Agricultor.

Relativamente à formação dos Jovens Agricultores, pensa que as políticas existentes poderiam ser melhoradas?

Sim, penso que a formação instituída nos anteriores quadros era mais indicada e vantajosa do que o atual.

Quantos animais tem neste momento distribuídos pela área útil de pastagem?

Atualmente tenho 430 ovinos de leite, awassi e assaf.

Na sua exploração, dedicada maioritariamente aos ovinos de leite, introduziu algum tipo de inovação? Em que medida contribuiu para o sucesso e desenvolvimento da exploração? Introduziu a ordenha mecânica. É uma prática que se tem revelado fundamental para o aumento da higiene e em termos de rentabilidade da produção leiteira.

Teve algum tipo de preocupações ambientais antes da elaboração do projeto? Se sim, de que forma estão integradas atualmente na sua exploração?

Sim. Tem havido o esforço de se fazer uma aplicação correta dos estrumes, que são utilizados essencialmente na adubagem do solo.

Tendo em conta a sua experiência, quais são os fatores de sucesso das primeiras instalações dos Jovens Agricultores? Que conselho gostaria de deixar aos jovens que equacionam investir no meio agrícola?

O apoio familiar é fundamental... Têm-me ajudado neste processo, que nem sempre se tem revelado fácil. No que respeita ao investimento, aconselho os futuros agricultores a realizarem um bom plano sobre a viabilidade económica e a fazerem vários estudos de mercado.

No seu caso, qual tem sido o apoio da AJAP, enquanto entidade representativa do setor agrícola e particularmente do Jovem Agricultor?

A AJAP tem assumido um importante papel, particularmente na fase da elaboração do projeto, em que o aconselhamento técnico foi fundamental, bem como o acompanhamento do mesmo.



JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

Dono de um espaço ímpar, com uma vista que enche a alma dos que por lá passam e que ficam com vontade de voltar, onde “a realidade esmaga a imaginação”. A localização na Fajã de Santo Cristo (na costa Norte da ilha de São Jorge), para os desconhecedores do termo, é uma pequena planície junto ao mar, é o sítio que David Moreira escolheu para implementar uma Guesthouse (casa de hóspedes), onde o surf, as atividades de turismo de natureza e a organização de eventos (um leque muito diversificado), são o menu de um ambiente confortável e descontraído.

David é o exemplo de um Jovem Empresário Rural, que experienciou a vida em grandes cidades, mas que conseguiu perspetivar o seu futuro, assente num negócio numa zona rural, “ porque dava garantias de ser um negócio com evolução segura e com cada vez mais procura”, assume. Muniu-se das ferramentas necessárias, algumas já adquiridas, tal como a frequência no curso de Gestão de Marketing, que lhe possibilitou uma visão de negócio e uma promoção eficaz do mesmo, trabalhou, e investiu na recuperação e reabilitação de uma habitação da família.

Todo o projeto e respetivo investimento foram por conta própria, sem recurso a nenhum incentivo governamental, e levou o seu tempo, tal como conta David, “comecei aos poucos, trabalhava e investia, portanto, é fruto de muito trabalho da minha parte e força de vontade.”

Esta força de vontade é o reflexo de 10 anos de um negócio sustentável, da autoria de um Jovem Empresário Rural de sucesso.

Nome: David Moreira

Idade: 32 anos

Estado Civil: Solteiro

Habilitações: Frequência Universitária

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Ano de Instalação: 2005

Localização: Fajã da Caldeira de Santo Cristo

Freguesia: Norte Pequeno

Concelho: Calheta

Distrito: R.A.A

Domínio Intervenção: Turismo Rural/ SurfCamp

Postos de Trabalho permanentes: 2



O David é um exemplo de um Jovem Empresário Rural, ou seja, aquele que aposta numa atividade económica de desenvolvimento próprio com potencial e que consequentemente também contribui para o crescimento económico da zona em que se insere. Quais foram os motivos que o levaram a enveredar por este projeto?

A visão pela oportunidade de negócio aliada ao estilo de vida; A vida no meio da natureza no sítio para mim mais perfeito para viver; Porque me dava garantias de ser um negócio com evolução segura e com cada vez mais procura; E pelas condições de surf que são de excelência, podia trabalhar naquilo que mais gosto, no sítio que mais gosto de viver.

Qual foi o percurso e as etapas percorridas entre a fase inicial da ideia até à concretização? Quais foram as maiores dificuldades?

Foi pelo surf que a Fajã começou a perfilar-se como o local para viver e trabalhar. Os recursos eram inúmeros: condições para a prática de *surf* e *bodyboard* de classe mundial e recursos paisagísticos faziam da Fajã um local com muito potencial turístico. Depois havia o meu lado de vivência em Lisboa. Fui para a Faculdade tirar o curso de Gestão de Marketing, e este deu-me visão da oportunidade de negócio e os contactos no meio eram-me acessíveis a uma promoção rápida e gratuita e com resultados imediatos. Depois foi reunir capital para ir reabilitando a casa e adquirir meios de transporte que eram necessários para a logística de acessibilidade à Fajã. Sabia que era um processo lento e que não era fácil por ser no sítio onde é e pelos Açores apresentarem na altura (10 anos atrás) uma época de turismo curta, 1 mês e meio num ano. Agora a época já se faz com 5/6 meses de trabalho e a acessibilidade aos Açores é diferente, está facilitada e com valores mais atrativos.

Em algum momento pensou em desistir?

Houve alturas em que achei que o tamanho da época de turismo me iria obrigar a complementar com outra profissão ou outra atividade fora da Fajã.

A Fajã de Santo Cristo registou uma desertificação a pique ao longo dos anos. Sendo o David um jovem empreendedor e que apostou num local que praticamente parou no tempo, acredita que outros jovens possam manifestar o mesmo tipo de interesse relativamente às áreas mais desertificadas do território português? Claro. Acho que há cada vez mais jovens que procuram vidas alternativas com negócios que visam aproveitar os inúmeros recursos que o nosso país tem.

O que acha que pode ser feito em Portugal para promover e incentivar os jovens a regenerar e repovoar as referidas áreas?

Acho que os jovens deviam poder aceder a vários tipos de incentivos, um serviço de acompanhamento, consultoria e apoio na candidatura ao programa mais adequado com medidas de ajustamento ao espaço onde é inserido. Cada caso deveria ser ajustado às limitações de cada região.

Sem inovação não há progresso. Este é um projeto que quando surgiu foi pioneiro e inovador. O que é que o torna distinto?

Foi inovador por ser pioneiro no turismo de *surf* dos Açores; por ser o primeiro projeto que visa a acessibilidade ao recurso natural, que são as ondas. E pioneiro no turismo da Fajã da Caldeira de Santo

Cristo. Um conceito de Guesthouse com animação turística com base no *surf* com um ambiente muito descontraído mas muito confortável, um turismo de entrosamento com os nativos e os seus recursos, hábitos e estilo de vida que proporcionam momentos e partilhas de experiências que visam umas férias ativas, saudáveis e descontraídas.

Além do alojamento turístico e do *surf*, que atividades complementares são desenvolvidas pelo *SurfCamp*? Funciona com algum tipo de parceria com outras empresas locais?

Claro que sim, trabalhamos em parceria com a Aventura e outras empresas em diferentes atividades *outdoor* ou de turismo de natureza. Temos uma vertente de guia turístico, com serviço de guia; Organização de eventos tais como casamentos, retiros de Meditação e Yoga; eventos de fotografia, almoços e jantares de grupos.

Há um grande dinamismo, portanto... Sim, temos sido convidados, felizmente, para eventos com conceitos muito interessantes. Um deles é um evento para fotógrafos, em que o objetivo é uma viagem com o intuito de fotografar, e a nossa missão é leva-los aos melhores sítios com fotógrafos locais para fazer nascer do sol, pôr do sol, e conhecer o nosso património cultural, paisagístico, gastronómico e arquitetónico.

Quem são as pessoas que procuram maioritariamente a Guesthouse? Apenas de Portugal ou um bocadinho de todo o mundo?

O mercado tem sido maioritariamente português e em grande parte da região de Lisboa, dado que o meu maior marketing tem sido até agora a passa palavra. Mas já recebi pessoas dos 4 cantos do mundo. Este ano apresenta-se com maior procura de estrangeiros.

Num país cada vez mais urbano, atualmente é um desafio "pensar rural". Sendo o David bastante viajado pelo mundo e tendo residido em Lisboa, nunca equacionou fixar-se numa zona urbana?

Tive momentos em que me questionei... Mas sinto-me muito motivado com o meu projeto e tenho definido objetivos novos, que me fazem pensar que me sinto claramente em equilíbrio com uma zona tão rural e que viver aqui faz mais sentido a cada dia que passa.

Tem perspetivas de ampliar o negócio?

Tenho perspetivas de cada vez mais apresentar um produto e um serviço de qualidade, e sim, sinto motivação para criar e produzir outros projetos enquanto eles me façam ter o prazer que tenho tido enquanto empreendedor!

Tendo em conta a sua experiência, que conselho gostaria de deixar aos jovens que equacionam investir no meio rural com vista a tornarem-se Jovens Empresários Rurais?

O meio rural obriga-nos a fortalecer a nossa inteligência emocional para sabermos fazer uma melhor gestão das nossas emoções, em locais com menos informação e mesmo mais solitários e sujeitos a isolamentos. Mas a vida na natureza e no meio rural garantem-nos vidas saudáveis e enriquecedoras de experiências na natureza e com a natureza. O sonho comanda a vida!

Gabriela Ventura: Com um extenso currículo profissional, destacamos o facto de Gabriela Ventura ter sido diretora do Gabinete de Planeamento e Políticas, no Ministério da Agricultura, e Gestora do Programa para o Desenvolvimento Rural (PRODER), entre os anos de 2009 e 2014. Foi ainda Gestora do Programa da Rede Rural Nacional. Atualmente desempenha funções como Administradora executiva da Empresa Geral de Fomento (EGF).

AJAP: Que Portugal agrícola é que estamos afinal a construir?

Gabriela Ventura | O caminho da construção e da competitividade. Acho que o principal desafio é continuar o caminho que nos últimos anos foi feito pelos agricultores e por quem investe na agricultura e no mundo rural. Não escondo que esse seja o maior desafio, que apenas se consegue com muito empenho, e que nos últimos tempos tenham vindo a lume as consequências positivas de um esforço que se tem feito ao longo de muitos anos. É um caminho que se deve continuar a fazer, mas com a consciência de que o setor agrícola em Portugal não se faz só com as grandes empresas, que têm já essa capacidade considerada inata.

Há uma diversidade que marca o setor agrícola em Portugal, quer na estrutura fundiária, na diversidade das próprias zonas do país, nas diversidades edafoclimáticas, nas próprias características do setor empresarial agrícola, e essa diversidade deve ser potenciada e vista como um fator positivo e não como um obstáculo. Cada vez mais o setor precisa que as empresas de menor dimensão, produzam com qualidade e regularidade, até porque nós temos, pela nossa dimensão em termos nacionais, um problema de escala, e portanto a atividade dessas empresas mais pequenas tem que se integrar neste esforço global, de aumento da competitividade e da produtividade do setor agrícola.

O país tem dado visibilidade à agricultura como setor económico relevante, como contributo muito positivo para os indicadores económicos, mas a agricultura tem que ser mais do que isso porque pode, e deve ser, um fator de coesão do território, mas para isso, ela não pode ser vista de forma isolada. Nem os agricultores, cada vez mais qualificados, nomeadamente aqueles que queremos que façam parte do futuro da agricultura, vivem sozinhos em zonas rurais depauperadas, sem qualidade de vida. Por outro lado, essas zonas mais interiores, com maiores assimetrias, beneficiam do facto de ter um setor primário dinâmico com recursos humanos qualificados. Isto é, as zonas rurais têm que ser vistas como um todo, eu não tenho dúvidas que a agricultura é a alavanca motor da dinamização dessas zonas rurais, portanto a aposta numa agricultura cada vez mais forte, que abarque quer as empresas de referência, quer as outras empresas, e que abarque também uma política florestal, é essencial num país com as nossas características.

AJAP: Foi gestora do PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural, durante 5 anos, sente-se responsável pela dinamização do programa?

G.V.: Gostaria de fazer aí uma distinção relativamente à expressão “responsável”, porque a expressão “responsabilidade” pode em primeiro lugar ser confundida com o mérito, e eu podia ler a sua pergunta como estando a questionar se eu acho que o mérito do sucesso do PRODER é meu, e aí respondo-lhe claramente que não. O mérito e o sucesso do PRODER, obviamente é dos agricultores e de todos aqueles que investiram ao longo dos últimos anos, que investiram fortemente na agricultura e nas zonas rurais. Não nos podemos esquecer que nos programas de desenvolvimento rural, como tantos outros, a base é o investimento privado. O país não pode correr o risco de não ter quem invista na agricultura, que é ela própria uma atividade cada vez mais exigente, quer em termos de investimento do capital, como no investimento em novas tecnologias, na exigência do mercado em que a atividade se desenvolve, globalizado e com uma concorrência muito forte, em que as margens para os empresários são muito curtas, e o retorno do investimento é lento. Se nós não tivermos quem saiba e quem tenha meios, quem esteja disponível para arriscar e investir quer na agricultura, quer nas zonas rurais (num sentido mais lato), nenhum programa tem sucesso, por mais competente que seja a pessoa que está à frente desse programa. Nesse sentido não, o mérito é claramente dos agricultores e de quem investiu, eles é que são os heróis desta história, que é uma história que efetivamente começou mal e depois acabou muito bem. Tivemos um espaço de tempo muito mais curto que aquele que deveríamos ter tido para executar o programa, num cenário de uma crise económica gravíssima, portanto esse mérito é totalmente dos agricultores e dos investidores. Isto é, nós executámos o PRODER, fizemos a mesma coisa que os outros estados membros fizeram, em metade do tempo e em circunstâncias muito adversas. O mérito é exclusivamente dos agricultores e do setor na sua globalidade.

Sinto-me responsável, no sentido de todos os dias das minhas funções ter tido um peso enorme da responsabilidade que caía sobre mim, para facultar ao setor aquilo que era um direito seu; senti todos os dias o peso de ter aceite vir resolver um problema que a maior parte das pessoas considerava que não era resolúvel; senti também o peso de vir para um programa que estava no

descrédito total quer junto do setor, quer junto de Bruxelas e no próprio Ministério da Agricultura. Sim, senti esse peso, como sinto o peso da responsabilidade de todas as funções que tenho exercido na minha vida, mas acho que quem exerce estas funções, só o consegue fazer se realmente se sentir desafiado por essa responsabilidade, e eu senti-me desafiada por essa responsabilidade. Além disso, e isto é um fator incontornável, tive a sorte de ter comigo uma equipa extremamente competente, quer em Lisboa, quer nas direções regionais, quer nos grupos de ação local que geriram 10% das verbas no investimento não agrícola. Toda essa equipa é que desenvolveu o trabalho, e eu realço que esse grupo de pessoas já lá estava antes e continua lá, portanto a qualidade é a mesma. Para além do mais, tive também a colaboração desde o primeiro dia até ao último das organizações representativas dos agricultores, que perceberam que o objetivo era comum e que tínhamos que trabalhar em prol do setor e não contra. E eu estava disponível para fazer esse exercício. Senti o peso da responsabilidade, no sentido de todos os dias tentar fazer o meu melhor para tentar resolver o problema e tentar colocar as coisas a funcionar ao serviço do setor agrícola e florestal e das zonas rurais. Senti depois momentos de grande realização quando me apercebi que o problema podia ser resolvido, porque eu gosto de resolver problemas.

AJAP: Passamos do PRODER para o PDR 2020. Concorda com as grandes linhas de orientação do atual programa, vão em linha com a sua perspetiva?

G.V.: É uma pergunta complexa. Eu defendi sempre as transições no quadro comunitário em Portugal, quer no setor agrícola, quer noutros setores, que normalmente se caracterizam por um exercício que eu acho que está errado. Cada vez que começa um novo quadro comunitário, nós temos a tentação de recriar tudo de novo, como se não houvesse experiência para trás e isso não está certo. Há um princípio fundamental, o que está para trás ensina-nos. Sobretudo quando falamos em investimento privado, falamos numa estabilidade e continuidade das políticas e da maneira como as coisas funcionam, como sendo a melhor amiga do investimento. Acho que quando um programa está a funcionar bem, e o PRODER julgou que recolhia essa unanimidade, o princípio básico quando se constrói um programa para lhe suceder, deve ser o princípio da continuidade. Vou dar vários exemplos, o primeiro é o dos jovens agricultores. O apoio aos mesmos no PRODER, alterou-se substancialmente durante a minha gestão. No início de 2010, introduzimos uma alteração considerada por muitos de altíssimo risco, mas que eu quis fazer, que foi o acabar com o prémio à instalação dissociado do investimento, isto é, no início do PRODER estava definida a atribuição de prémio sem ser necessário um investimento, e nós entendemos que deveríamos alterar isso. Em primeiro lugar, porque considerámos que devíamos introduzir o princípio da responsabilidade no jovem que se instala pelo investimento que faz e por outro lado, também por razões financeiras, porque já à época em 2009, nós percebíamos que se não introduzíssemos este ajustamento, e nomeadamente, numa situação em que o desemprego jovem estava a subir, íamos ter problemas em garantir até ao final do programa, as verbas

necessárias para a continuidade do apoio aos jovens agricultores. Apesar de termos feito este movimento que foi muito exigente, as confederações sempre nos deram apoio, nomeadamente a AJAP, porque tinham a perceção de que isto seria também uma forma de credibilizar o setor. A medida como ela existia, o pagamento do prémio puro e duro sem exigir nada em troca não credibilizava o



setor. Apesar de termos tornado a medida mais exigente, isso não fez com que tivéssemos tido menos candidaturas, pelo contrário. Portanto o resultado do PRODER que tem sido muito divulgado, é um resultado em termos de jovens agricultores instalados, jovens agricultores que na sua globalidade têm maior e melhor formação profissional. Em mais de metade dos casos trazem também alguma experiência, há também mais mulheres, há uma série de indicadores positivos. O que não quer dizer que possamos agarrar nisto e fazer uma enorme festa, é preciso ter a consciência de que estes 7000 jovens agricultores são um record em termos de número, mas representam apenas 2% dos agricultores recenseados em Portugal. Podemos olhar para isto como um grande sucesso, mas nunca esquecendo que o caminho que está por fazer é muito maior e mais difícil do que aquele que já fizemos. Não devemos criar ilusões às pessoas, nomeadamente aos jovens, muito menos o fenómeno moda, que pode criar a ideia de um facilitismo e que qualquer pessoa pode ser um agricultor, que qualquer hectare é rentável, isso não é verdade e eu tive sempre uma enorme preocupação em introduzir aqui um discurso de exigência, de realismo e de cuidado para não estarmos a fomentar situações que não têm sustentabilidade.

O que eu constato são duas coisas, que alteraram essencialmente a realidade - o orçamento afeto ao jovem agricultor na primeira instalação é inferior ao do PRODER, e se o nosso objetivo é rejuvenescer o tecido empresarial agrícola, esse é um sinal que eu não consigo compreender. Também não consigo compreender os montantes de investimento que são exigidos para a instalação dos jovens agricultores, porque são montantes consideráveis mesmo para uma empresa já instalada no setor. O resultado disso é óbvio, se nós exigimos montantes tão altos de investimentos, estamos a fechar o acesso à medida dos jovens agricultores. Nós não podemos inverter o caminho desta abertura a novos recursos humanos e mais jovens qualificados, a novos players que não têm necessariamente origem no setor. Não esquecendo que também há aqueles que têm origem em famílias que já estão no setor e com provas dadas, e que ao contrário do que acontecia até há pouco tempo, querem continuar a atividade dos pais.

Penso que muitas vezes o setor é vítima de si próprio, tem medo de se abrir, numa reação um pouco corporativa. Mas se o setor não se abre, não tem futuro, porque basta olhar para a média de idades em comparação com os outros países da UE.

Quando se construiu o novo programa de desenvolvimento rural, foram introduzidas alterações que vão mexer a meu ver de uma forma não positiva com o caminho que estava a ser traçado, pois o caminho que estava a ser traçado tinha bons resultados. Deveriam fazer-se ajustes, mas não estes. Digo claramente, que o mínimo que o novo programa de desenvolvimento rural pode ter como objetivo, é ter o mesmo número de instalações que o PRODER teve.

Na formação profissional também julgo que há ainda uma grande incógnita. Houve situações em que se alterou de uma forma pouco

coerente em relação ao que vinha a ser feito. Neste momento ainda não é claro para os destinatários qual é o desenho das medidas e não há projetos aprovados, e um programa só vive com projetos aprovados, e se o pagamento entrar na tesouraria das empresas e dos agricultores. Não podemos esquecer que o período financeiro deste atual programa começou a 1 de Janeiro de 2014, e portanto nós estamos neste momento muito perto da situação que eu encontrei no PRODER, quando cheguei no final de 2009. Isto é, tínhamos os primeiros três anos passados, o programa estava praticamente a zero e havia muitas áreas do programa, designadamente a área florestal, onde a incógnita era total.

Outra área onde isto aconteceu em 2009 e que me parece que é uma situação que se reflete agora também no terreno, é a área do chamado investimento LEADER, o tal investimento nas zonas rurais que complementa o investimento na agricultura. Não estão ainda disponíveis os apoios e penso que ainda se discute o próprio desenho das medidas que vão estar à disposição. Algumas delas já se sabe que desapareceram, medidas que tiveram muito sucesso e que não têm correspondência no atual quadro comunitário. Aliás, devo dizer que essas medidas são as que mais emprego criam nas zonas rurais e que muitas vezes vêm ao encontro de mais valias económicas geradas pelo próprio investimento agrícola, e é aí que está o interesse desta complementaridade.

Há coisas que foram substancialmente alteradas relativamente ao PRODER, de uma maneira que à partida muita gente concorda, mas o problema é que quando estamos a desenhar um programa, temos um orçamento e o exercício de o fazer é complicado, porque os recursos são sempre escassos para as necessidades que são necessárias satisfazer. É um exercício de opções, é um exercício muito político, porque decidir onde se afetam as verbas é a decisão mais política que há e é a decisão mais difícil. Fazer opções significa dizer que não e que sim, e depois assumir as consequências daquilo que se fez, da medida que se tomou e das expectativas que se criaram. E eu dou um exemplo que para mim é muito preocupante, que é o que se passa com o pacote das medidas agroambientais. Foi desenhado um pacote que é substancialmente diferente e muito mais generoso em relação ao que existia no PRODER, agora o problema é que ao fazer-se esse desenho, tem que se fazer as contas e ver se existem condições financeiras, porque o pacote financeiro do programa comunitário é limitado e as necessidades são muitas. Temos que ter a perceção se podemos depois corresponder àquilo que esse pacote oferece, designadamente quando estamos a falar de medidas com as características das agroambientais, que são compromissos a cinco anos. O que me parece que está logo instalado no primeiro ano em que as medidas estão disponíveis, é um grande buraco orçamental, que é de difícil resolução, e qualquer que seja a solução vai ter implicações no financiamento das outras medidas porque os recursos são limitados, e tendo sido o pacote agroambiental sub-orçamentado, e tendo sido assumido o compromisso com os agricultores de que aquelas medidas estavam disponíveis, há que resolver o problema. Em

primeiro lugar, há que explicar a verdade às pessoas, porque a pior coisa que há quando falamos da relação do estado com os investidores, e com quem está no terreno, é criar expectativas que depois não podem ser honradas. As pessoas têm direito a saber a verdade e a saber o que as espera. O financiamento tem que ter regras muito claras. Não se podem criar expectativas que depois não podemos honrar, e neste momento a solução terá que ser encontrada, não só para estes cinco anos, como também para o último ano do programa, porque se aquilo que está orçamentado neste momento não chega sequer para cobrir as candidaturas que surgiram na primeira candidatura, o que está em causa é a continuidade num acesso a esses apoios, até ao final do programa.

AJAP: Estes 140 mil euros, do prémio de instalação que está a ser exigido aos jovens agricultores, vai de facto prejudicá-los, por não terem acesso e capacidade de fazerem um investimento desta envergadura? É isso que vai acontecer?

G.V.: Isso é inevitável. É uma opção com a qual eu não concordo... Eu concordo com o princípio da responsabilidade e corri o risco de o introduzir, numa situação em que era um grande risco, porque é sempre mais difícil passarmos de uma situação em que há um grande benefício, que é a atribuição do prémio sem exigir nada em troca, para uma situação de maior exigência. É por isso que na questão dos apoios comunitários, devemos começar equilibradamente, e depois introduzir as correções, se não houver candidaturas e procura, se as condições económicas se complicarem, se não houver acesso ao crédito, há uma série de medidas que o gestor pode e deve tomar ao longo do programa. Mas é muito perigoso começar na base do facilitismo porque corremos o risco de ficar com um problema financeiro e orçamental logo no início do programa.

Os 140 mil euros de investimento é um valor muito relevante para uma empresa média do setor agrícola. Desconhecer isto, é desconhecer as características, a arquitetura do tecido empresarial do setor agrícola. É um investimento enorme para quem inicia a atividade agrícola. Isto é dar o sinal de que só alguns é que poderão vir para o setor agrícola o que a meu ver inverte um caminho, que inevitavelmente teremos que traçar, que é o do rejuvenescimento do setor agrícola.

AJAP: A AJAP considera que o aconselhamento agrícola fica muito aquém de um acompanhamento mais eficaz. Acha que o programa pode pecar por essa ausência? Quais são as soluções para resolver esse problema...

G.V.: A instalação de um jovem agricultor não se esgota na instalação propriamente dita. Começa antes disso e acaba muito depois e a pior coisa que nós podemos fazer é orçamentar a vinda de um jovem agricultor para o setor, sem estarem absolutamente cientes das dificuldades e exigências do investimento no setor. Esse é um trabalho que deve começar antes do acompanhamento prévio de quem pensa vir para o setor, é um exercício de triagem daqueles que reúnem as condições, quer financeiras, quer materiais, para

encetarem numa vida que é de grande risco, cada vez maior e num mercado cada vez mais exigente. Esse acompanhamento deve ser prévio e deve acontecer ao longo do investimento e da fase de consolidação na atividade agrícola. O número de instalações é muito importante, mas o número de instalações com sucesso é muito mais importante. Isso é o que interessa e o que traduz a revolução positiva que queremos ter no setor.

O aconselhamento, nomeadamente aos jovens agricultores e aos jovens empresários no mundo rural, é um fator fundamental para que este sucesso não seja um mero número e sim uma realidade que transforme aquilo que é o setor, ou que tem vindo a ser o setor até há muito pouco tempo.

AJAP: Se tivesse a possibilidade de fazer alguma alteração no PDR 2020, que alteração propunha?

Não existem programas perfeitos, mas sei qual é o pior programa de todos, é aquele que não funciona, e um programa não funciona enquanto não começa a pagar a tempo e horas e com regularidade. É crucial que o Estado faça o seu papel e perceba que a disponibilização dos financiamentos é um direito das empresas e dos agricultores e de todo o setor, e que os próprios tenham a consciência que esse é um direito que têm. Se o Estado não fizer o seu papel, é impossível exigir às empresas que sejam competitivas. A responsabilidade do Estado é muito maior e tem que corresponder a este esforço que foi feito pelo setor nos últimos anos, fazendo o seu papel a tempo e horas e sem nenhuma incógnita, sem nenhuma incerteza e com total transparência. Há também muito a fazer em matéria de simplificação, nós continuamos sempre a regredir nessa matéria, nos quadros comunitários, mas não só, em toda a legislação de enquadramento do investimento. Mais uma vez o setor florestal é um exemplo pelas más razões. Por outro lado há que colocar todos os serviços do Estado, do Ministério da Agricultura e não só, a funcionar com base no princípio da confiança. O movimento a que assistimos nos últimos anos, não nos deixa dúvidas sobre a responsabilidade e a capacidade do setor, o Estado tem que estar à altura dessa capacidade.





Luís Mira da Silva | Professor do Instituto Superior de Agronomia | Universidade de Lisboa

EXPORTAÇÕES E INTERNACIONALIZAÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR

O Vice-primeiro Ministro Paulo Portas comparou-se recentemente, na abertura da FACIM em Maputo, a Oliveira de Figueira, o personagem português criado por Hergé nos livros do Tintim que vendia tudo a todos no deserto através da sua capacidade de persuasão. O governo conhece bem os números das exportações do setor agroalimentar, e por isso tem razão para estar contente. As empresas portuguesas do setor exportaram nos últimos quatro anos, em média, cerca de 1800 milhões de euros. Nestes quatro anos, o setor agroalimentar quase que duplicou o valor das exportações, e isto a meio de um cenário de crise generalizada da economia nacional.

Como é hábito nestas coisas da economia, a sorte raramente explica o sucesso. As empresas portuguesas têm vindo a exportar mais porque existem razões que sustentam este crescimento. Quem conhece bem o setor sabe que nos últimos anos existiram vários fatores que contribuíram para a competitividade dos nossos produtos “lá fora”. O primeiro é que as empresas apostaram forte nas exportações, e “profissionalizaram” a abordagem aos mercados internacionais. O segundo é que o estado acompanhou esta aposta, com diversos programas de apoio à internacionalização e uma diplomacia económica ao serviço das empresas. O terceiro é que Portugal tem produtos agroalimentares que competem em qualidade com o que de melhor se faz no mundo, e que conseguem hoje em dia competir em preço nos mercados internacionais. E o quarto é que foram criadas estruturas de apoio à internacionalização, como a Portugal Fresh e a Portugal Foods, que têm feito um trabalho notável na divulgação das empresas e dos produtos portugueses a nível internacional. Dito isto, apenas se pode esperar que este trajeto continue como nos últimos anos, e que daqui a quatro anos se consiga duplicar novamente o valor das exportações do setor.

Como não há bela sem senão, é necessário referir que a internacionalização não são só exportações. Eventualmente as exportações são a forma que mais contribui para o equilíbrio da balança comercial portuguesa, o que é obviamente determinante para a economia nacional, mas o investimento das empresas portuguesas no exterior, e o investimento das empresas estrangeiras em Portugal, são duas vertentes que podem igualmente contribuir de forma marcada para a economia e o desenvolvimento do país.

Começemos então pela primeira. O investimento das empresas portuguesas do setor agroalimentar noutros países tem sido bastante tímido. Excluindo alguns casos de sucesso, como a Frulact (com unidades industriais de fruta processada em vários países) ou a Luís

Vicente (com produção de fruta tropical no Brasil e na Costa Rica), são poucas as empresas que arriscam apostar num processo de internacionalização que passe pelo investimento em países terceiros. As políticas de apoio à internacionalização também ignoram praticamente esta vertente, estando maioritariamente focadas nas exportações. Pode argumentar-se que um euro investido “lá fora” é menos um euro que se investe em Portugal, mas a verdade é que o financiamento não é normalmente a limitação quando as empresas têm modelos de negócio que asseguram rentabilidade, e o dinheiro para investir raramente falta às empresas que têm a capacidade de serem competitivas nos mercados internacionais.

A segunda vertente, a do investimento das empresas estrangeiras em Portugal, é talvez ainda mais importante. Há uns meses atrás mantive alguns contactos com uma empresa que poderia vir a investir 90 milhões de euros numa unidade de transformação de produtos hortofrutícolas em Portugal, com o objetivo de exportar tudo o que transformassem (comprando os produtos a agricultores portugueses). Ora uma empresa que investe 90 milhões de euros quererá pelo menos exportar outro tanto todos os anos, e tem por isso um potencial para alavancar a produção nacional, e as exportações, que deve ser olhado com muita atenção.

A aposta de sucesso que tem sido feita nas exportações deveria por isso ser acompanhada por uma aposta equivalente no investimento das empresas portuguesas no exterior e no investimento das empresas estrangeiras em Portugal. As instituições públicas, como a AICEP, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (e as embaixadas portuguesas) e obviamente o Ministério da Agricultura, bem como as associações empresariais, têm aqui um papel determinante.

Uma última palavra para a AJAP. A iniciativa empresarial tem que estar na base do processo de internacionalização. Numa economia aberta e competitiva, o estado pode facilitar (e muito!) o caminho, mas nada se constrói de cima para baixo. A AJAP tem entre os seus associados alguns dos agricultores que mais inovam e que maior capacidade poderão ter para competir nos mercados internacionais. Possui, por outro lado, um corpo técnico que está ao lado dos jovens agricultores e que os pode apoiar diretamente no desenvolvimento de competências para a internacionalização. Este é um desafio difícil mas que pode vir a criar valor no setor e a contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente das zonas rurais. A oportunidade existe e a AJAP está bem posicionada para a aproveitar. Fica aqui o desafio!



Nuno Russo | Coordenador da Bolsa Nacional de Terras (BT)

DISPONIBILIZAÇÃO E RENTABILIZAÇÃO DOS SOLOS NACIONAIS

A Bolsa Nacional de Terras distingue-se como um projeto inovador, cujo objetivo é a disponibilização de terras como forma de rentabilização dos solos que não estão a ser utilizados ou estão ao abandono. Com uma estrutura criada para dar resposta à dificuldade de acesso à terra, essencialmente, pelos jovens agricultores, Nuno Russo, afirma que “Portugal tem pela frente o desafio de olhar para o território nacional como fonte de riqueza que deve ser colocada ao serviço de um desenvolvimento sustentável que aumente o potencial produtivo agroflorestal e que dinamize o mundo rural.”

Operacional desde Maio de 2013, qual é o balanço que faz do projeto da Bolsa Nacional de Terras? Face ao desígnio de concretizar a visão da Bolsa Nacional de Terras - potenciar o aproveitamento e utilização do território rural português, o balanço de dois anos de funcionamento da Bolsa de Terras é extremamente positivo, não só pelo seu progresso como pelos resultados já atingidos no curto período de funcionamento, através da execução da Estratégia de Divulgação e Dinamização e dos respetivos Planos de Ação, mas principalmente pelo interesse gerado junto do público-alvo, em particular de proprietários privados e particulares como dos agricultores e produtores

O principal vetor que impulsionou este projeto foi a dificuldade ao acesso à terra, em particular pelos jovens agricultores. Foram os que mais recorreram à Bolsa desde então? Tem-se confirmado que um dos principais interessados na Bolsa de Terras têm sido os jovens agricultores, que se pretendem instalar no setor ou estando já instalados querem aumentar a área média das suas explorações. No que refere ao 1º Concurso de terras do Estado, em que ser Jovem Agricultor é critério de preferência na cedência das terras, das 161 candidaturas apresentadas, realça-se que os jovens agricultores representaram 55% dos candidatos, e relativamente à adjudicação e celebração de contratos de arrendamento com 15 novos arrendatários, o perfil dos arrendatários corresponde a 67% de jovens agricultores, que serão dispensados de pagamento da renda respetiva pelo período de dois anos consecutivos, sob condição do cumprimento pontual do contrato. Recordar-se que a aquisição de terras através da Bolsa de Terras é critério de seleção nas candidaturas à instalação de jovens agricultores no âmbito da medida de apoio do PDR2020.

Está a ser cumprido o objetivo para o qual foi criada a Bolsa de Terras? A BT encontra-se a cumprir o seu objetivo permanente de uma melhor identificação, divulgação e promoção da oferta de terras, indo ao encontro da imensa procura existente, facilitando o acesso à terra através da sua disponibilização, e concretizando a dinamização do uso da terra. A BT pretende continuar a contribuir para uma gestão eficiente da disponibilidade das terras, estimulando os proprietários e as entidades privadas a ceder as terras não aproveitadas, combatendo o abandono das terras e a desertificação do território rural.

Qual é a função das 238 entidades gestoras operacionais de terreno (GeOp)? As 238 GeOp têm como missão a dinamização e divulgação

da Bolsa de Terras, ao nível local, compreendendo todos os atos que visem promover e facilitar a adesão à terra, bem como a respetiva utilização, em articulação com a Entidade Gestora que presta toda a colaboração necessária para o exercício dos atos de gestão operacional. Face à experiência resultante destes dois anos de funcionamento, verifica-se a necessidade de fortalecimento da articulação no modelo de gestão da Bolsa de Terras, entre as entidades líder com as suas entidades GeOp parceiras, reforçando a sua intervenção no respetivo território. É fundamental a realização de ações de sensibilização e esclarecimento, para desta forma aumentar o conhecimento e utilização da Bolsa de Terras ao nível dos agentes económicos e da população em geral.

Quais são os critérios elegíveis para se aderir a uma terra? E para se disponibilizar uma terra? A disponibilização de prédios na Bolsa de Terras é voluntária, qualquer proprietário pode disponibilizar os seus prédios, pressupõe apenas a regularização dos mesmos nas matrizes prediais das finanças. A cedência de prédios privados, disponibilizados na Bolsa de Terras, é feita pelos respetivos proprietários diretamente com os potenciais interessados, sem qualquer intervenção da Bolsa, sendo apenas necessário existir a indicação da sua cedência e do respetivo valor de arrendamento ou venda, para efeitos estatísticos, e elaboração de relatórios anuais e indicadores periódicos de preços. No caso de terras do Estado, o procedimento de cedência tem lugar, em regra, por via concursal, com ou sem negociação e acesso universal. São considerados critérios preferenciais na adjudicação, a apresentação de candidatura por jovem agricultor, por proprietário agrícola ou florestal de propriedade confinante, por membro de organização de produtores, entre outras preferências estabelecidas em legislação.

Crê que a agricultura, aliada à disponibilização de terrenos, poderá ser um veículo em Portugal para contornar certas fragilidades que o país atravessa, nomeadamente o desemprego? A BT é o principal repositório nacional de informação sobre terras disponíveis, com aptidão e potencial agroflorestal, que pretende viabilizar a instalação dos jovens agricultores, mas também a manutenção das populações nos territórios, e incentivar a criação de postos de trabalho, e desta forma favorecer o aumento da produção nacional e alavancar a captação de investimento e criação de riqueza no país.

www.bolsanacionaldeterras.pt
www.facebook.com/pages/Bolsa-Nacional-de-Terras

BOLSA
de terras



João Chendo | Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal

PROTOCOLO AJAP E CA

Começaram por ser Caixas independentes, mas um desequilíbrio na Caixa Agrícola do Sabugal originou uma fusão por incorporação com a Caixa Agrícola do Fundão, optando-se por manter o nome das duas entidades, “até por uma questão de respeito às pessoas do Sabugal”, conta Dr. João Chendo, economista, e há 23 anos na Presidência da CA da Região do Fundão e Sabugal. O Fundão destaca-se por uma agricultura evoluída e com produtos que fazem parte do próprio ADN do concelho, contribuindo a Caixa, como um dos importantes agentes, para o desenvolvimento do setor.

A Caixa Agrícola da Região do Fundão e Sabugal evidencia-se como umas das Caixas de referência do grupo CA, estando entre as 20 principais. Em que é que se destaca e porquê? Sempre tivemos muito cuidado, até porque sempre houve uma política austera e inculcamos essa ideia aos sócios e aos clientes, o lugar que atingiu no ranking é fruto de um trabalho muito persistente e, sobretudo com muita idoneidade... Somos reconhecidos como gente séria, sobretudo no meio rural, em que toda a gente nos conhece. O dinheiro que lá está não é nosso, tem dono, portanto é preciso muito bom senso quando se fazem aplicações. Nessa linha de pensamento fizemos parcerias com empresas que são relevantes para o desenvolvimento da região, queríamos mostrar à população que somos uma entidade credível e competente e que podem estar descansados. No nosso banco (aliás, é transversal a todo o Crédito Agrícola), os clientes têm um rosto, têm um nome e nós damos a cara para falar com eles. As pessoas confiam em nós! Anteriormente eu trabalhava numa outra grande empresa, mas percebi que ali (na CA) me dava gozo aplicar os meus conhecimentos de formação académica a uma atividade que é útil à minha região.

A CA assume uma postura de agente importante para o desenvolvimento local e regional, ou seja, há um compromisso para com a comunidade local. Quais são as mais-valias desta Caixa para os habitantes da zona? Para além da atividade da economia em geral, temos uma nata dos vossos associados, os jovens agricultores, que têm ali imensas hipóteses para se expandir na Cova da Beira que é o coração da atividade económica do Fundão. O nosso objetivo enquanto cooperativa não é o lucro, embora também seja necessário para manter a instituição com saúde. Temos protocolos com as câmaras municipais em termos culturais, de saúde e tudo aquilo que esteja ao nosso alcance.

Considerando a necessidade de promover uma prestação de serviços cada vez mais eficaz e de melhor qualidade aos agricultores, a AJAP e a CA da Região do Fundão e Sabugal assinaram um protocolo. De que forma esta parceria tem sido profícua? É um protocolo que tem funcionado muito bem. Deu-se uma coincidência feliz para ambas as partes. Após quase um ano de parceria, creio que as coisas correram bem... Esperemos que os anos vindouros reflitam o esforço que foi feito. Nós temos uma equipa com cerca de 50 pessoas, com muita qualidade, que se esforçam e vão à luta para cumprir os objetivos que são traçados no princípio de cada ano.

Esta Caixa tem mantido o apoio aos agricultores/associados e clientes na elaboração de projetos agrícolas e candidaturas às diversas ajudas ao rendimento. De que forma se tem traduzido esse apoio? Tem tido impacto. Há grandes explorações agrícolas, não em dimensão, mas em volume de negócios, que não seriam nada se não tivesse sido o apoio desta Caixa. Faz parte do nosso ADN (da Caixa Agrícola) apoiar este tipo de investimentos (alguns recentes e de jovens agricultores), mas temos vindo a apostar sempre com cautela a fim de obter as garantias necessárias para o retorno dos empréstimos.

Portanto, a agricultura assume um importante papel na estrutura económica da região do Fundão.... Sim, sem dúvida. O Fundão praticamente não tem indústria, a imobiliária e a construção também deu o que tinha a dar, portanto quase não há atividade económica. Nós até pretendíamos aumentar o rácio de transformação, mas não há procura de dinheiro para investir.

Relativamente ao desenvolvimento agrícola, quais são os desafios futuros que esta Caixa prevê, a fim de continuar a apoiar o investimento na área? Estou um pouco apreensivo relativamente a esta matéria... A conjuntura internacional não é nada favorável ao desenvolvimento da agricultura europeia, sobretudo nacional, e menos ainda da minha região. Apesar do preço alto que tantas vezes se paga, o produtor recebe uma baixa percentagem, sendo o montante maior destinado ao circuito de comercialização... Nestas condições, qual é o entusiasmo que as pessoas têm para o desenvolvimento agrícola?

De que forma é que a mensagem publicitária “Um banco Nacional com pronúncia local”, se aplica aos valores da CA da Região do Fundão e Sabugal? Eu aceito essa mensagem, porque é o espírito de grupo que a faz. É um banco que se adapta às pessoas da região.

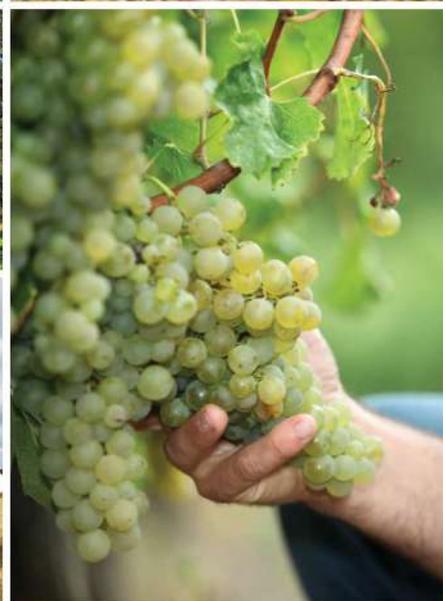
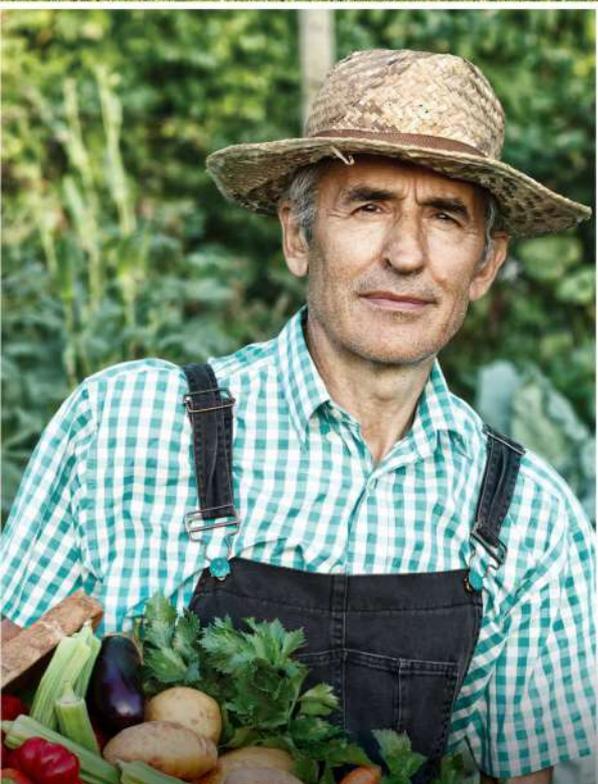
Perspetivas para o grupo CA? Penso que está no bom caminho...



CA Seguros Agrícolas

O FUTURO COM MAIS CERTEZAS.

VANTAGENS À SUA MEDIDA PARA QUE POSSA
GERIR A SUA EXPLORAÇÃO E EVITAR IMPREVISTOS.



**APOSTE NA SEGURANÇA E VIVA O SEU NEGÓCIO
COM CONFIANÇA NO FUTURO.**

Linha CA Seguros

+351 213 806 000

Atendimento personalizado
de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 17h30

Esta informação não dispensa a consulta da informação
pré-contratual e contratual legalmente exigida.
Este produto é da Crédito Agrícola Seguros - Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A., Rua de Campolide, 372 - 3 Dtº
1070-040 Lisboa | Capital Social 18.000.000 Euros
M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva n.º 503 384 089.

CA
Seguros

Seguramente ao seu lado.
Grupo Crédito Agrícola



CACTUSEXTRACTUS - O FIGO DA ÍNDIA EM SOLO ALENTEJANO

A figueira da Índia (*Opuntia ficus-indica*) é uma espécie de *cactaceae*, originária da região central do México, e faz parte da memória de muita gente que comumente a avistava à beira dos caminhos nas zonas rurais.

No interior do Alentejo, na zona do Vimieiro, Teresa Laranjeiro e Mariana Sousa, abraçaram o projeto dos figos da Índia em 2011, “*fruto de uma conjugação de interesses*”, não só para tirarem partido da quinta que já tinham, como também pela procura de uma cultura inovadora “*mas que não fosse necessário importar e (...) que não exigisse uma alteração profunda das condições existentes para assegurar a sustentabilidade ambiental.*” E se inicialmente a ideia do negócio incidia apenas na colocação do fruto fresco no mercado, após a participação no evento Energia de Portugal com o projeto em causa, ficou evidente o potencial do mesmo, passando também a fazer sentido “*lançar uma primeira transformação para os frutos de menor calibre e que não tivessem colocação no mercado da fruta fresca*”, explica Teresa.

Em Portugal, devido às condições edafoclimáticas, o figo da Índia revela um enorme potencial não só no que respeita à qualidade, mas também nas suas múltiplas aplicações, e nesse sentido a CactusExtractus produz e comercializa a polpa do fruto e o óleo das sementes (rico em antioxidantes, poderoso aliado anti envelhecimento), tendo também em curso uma nova investigação/estudo a decorrer na Universidade de Aveiro com a finalidade de identificar novos aproveitamentos da planta.

Um projeto que reúne mãe e filha, onde a complementaridade é evidente e basilar, em que a sociedade formada permitiu não só o acesso a determinados apoios, como também resultou na instalação de Mariana como Jovem Agricultora e numa sociedade com perspetivas sólidas de evolução e ampliação em relação ao negócio.

Como tem sido o percurso empreendedor e as etapas que delimitam a fase embrionária do projeto da ideia até à sua concretização?

A identificação e avaliação da oportunidade foi sendo consolidada durante o ano de 2012 nomeadamente, com a nossa participação no programa “Energia de Portugal”. Nesse programa consolidámos o nosso plano de negócio... Lançámos uma candidatura a financiamento pelo ProDeR que nos foi concedido. Desde então, temos vindo a adaptar o desenvolvimento do negócio à evolução do mercado e da disponibilidade de matéria-prima.

Foram sentidas algumas dificuldades?

Para além de muitas dificuldades financeiras, tivemos também que lidar com o facto de termos estimado o nosso plano financeiro e de desenvolvimento com base em informação que fomos recolhendo relativamente ao que já se fazia noutros países e extrapolando a partir de outros produtos. À medida que o tempo foi passando, fomos confrontadas com a realidade que não acompanhou o que tínhamos previsto, estando o projeto atrasado cerca de dois anos relativamente ao plano inicial.

A CactusExtractus está agregada a outro projeto, a Sobremesa da Vida, que também funciona em sociedade com a Mariana. Em que consiste?

A Sobremesa da Vida é uma empresa que detém uma plantação de 5,9 ha de figueiras da Índia. A CactusExtractus surge na sequência da implementação desse projeto, com o objetivo de oferecer ao mercado, para além do figo da Índia para consumo como fruta de mesa, a polpa congelada que possibilita a utilização do fruto durante todo o ano e o óleo das sementes, excelente regenerador da pele.

É portanto, um projeto e um negócio familiar? Era um sonho comum à Teresa e à Mariana?

Não é que a Mariana tivesse já esse sonho, mas de facto, ela juntou-se aos projetos com enorme entusiasmo, tendo mesmo assumido um papel importantíssimo na sua dinamização e implementação. Somos complementares.



Apesar da existência da *opuntia ficus-indica* em solo lusitano desde há muito tempo, a produção do figo da índia em Portugal ainda é relativamente recente. Quais são os maiores entraves à exploração?

Os maiores entraves à exploração são o desconhecimento da forma como a planta se desenvolve e de alguns inimigos que podem devastar uma plantação inteira, para os quais os primeiros produtores não estavam preparados. Com o crescimento do número de produtores, tem vindo a ganhar força um movimento no sentido de passar a ser reconhecida como uma fruteira.

Qual a finalidade com que foi criada a Exotic Fruits NewFlavors, CRL. da qual a Teresa é a Presidente?

A Exotic Fruits surgiu no ano passado por via da constatação de que estão a ser instaladas muitas pequenas plantações que, por si só, não têm capacidade de atingir o mercado. Criámos a cooperativa com o objetivo de concentrar a produção da fruta e de impulsionar a capacidade comercial junto dos potenciais clientes.

O figo da índia é um fruto com imensas potencialidades e a Cactus Extratus aproveita-o na totalidade. Quais são os tipos de produção e que propriedades são atribuídas ao fruto?

O figo da índia é doce, suculento e refrescante. É de baixo valor calórico, rico em vitamina C, cálcio, fósforo, magnésio e potássio. De momento, estamos a comercializar a polpa do figo da índia congelada e o óleo das sementes, estamos a envidar esforços no sentido de identificar aproveitamentos para as cascas do fruto e para os resíduos da extração do óleo, tendo já um estudo feito pelo CEBAL (Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Alentejo).

A extração do óleo das sementes com finalidades cosméticas é um conceito inovador. Como surgiu esta ideia de apostar nesta área?

As características do óleo extraído das sementes apontavam todas no sentido de o lançar como um produto cosmético. Essa aposta foi fortemente confirmada com a nossa ida à Vivaness (feira de produtos cosméticos biológicos).

Como funciona o processo (desde a apanha do fruto até ao produto final)?

Os frutos de menor calibre ou cujo estado de maturação já não permite um armazenamento prolongado são recebidos na fábrica onde, depois de lavados são descascados e centrifugados. Deste processo obtém-se a polpa que é embalada em vácuo e ultracongelada. Os resíduos da extração da polpa são processados de maneira a separar as sementes que, depois de secas, são inseridas num extrusor para a obtenção do óleo.



Em Portugal conhecem-se apenas três tipos de frutos, originários da *opuntia*. Sabe-se no entanto, que há inúmeras variedades. Há por cá um certo desconhecimento das características desta planta endógena, certo? Têm decorrido algumas investigações que potenciem um maior conhecimento do cato?

O figo da índia tem vindo a despertar não só a curiosidade dos produtores como também a dos consumidores e, por consequência a dos investigadores, havendo já alguns estudos a decorrer e outros já terminados relativamente às variedades existentes (INIÁV), utilização de algumas partes do fruto (CEBAL), potencial para a produção de bioenergia (IP Portalegre), desidratação da palma (IP Beja), só para citar aqueles que conheço mais diretamente.

A certificação biológica permite a entrada deste fruto num mercado diferenciador, sobretudo para alguns países da Europa. Portugal segue esta tendência?

Em Portugal, a diferenciação que se consegue com a certificação é para um mercado de nicho que consome pequenas quantidades. No entanto, já para os mercados externos, principalmente do norte da Europa, a certificação abre canais muito interessantes.

Acha que se se apostar numa boa estratégia para esta fileira, se poderá criar uma nova dinâmica nos espaços rurais portugueses?

Estou plenamente convencida de que sim. Aliás, já se vai notando essa tendência. Muitas das plantações que têm vindo a ser instaladas são-no em terrenos que até então estavam votados ao abandono.

Tem perspectivas de ampliar o negócio?

Tendo dimensionado a instalação da capacidade produtiva para a pouca oferta de matéria-prima que existe atualmente (plantações muito recentes em início de produção), claro que sim, o objetivo é ir acompanhando a evolução do mercado consumidor com a evolução da oferta de matéria-prima e ir crescendo em consonância. Por outro lado, o equipamento que temos pode ter outras utilizações que temos vindo a equacionar com vista a tirar partido dos tempos de paragem fora da época em que há figos da índia para trabalhar.



Feira Nacional de Agricultura 2015

O mês de junho arrancou com a importante presença da AJAP na 52ª edição da Feira Nacional de Agricultura, 62ª Feira do Ribatejo, em Santarém.

Esta que é a principal feira nacional, representativa da agricultura portuguesa, mostrou aos visitantes uma agricultura cada vez mais moderna e com acesso a tecnologia de ponta, agregada a novas apostas no mundo rural.

Numa altura em que o comportamento dos mercados mundiais assume cada vez mais importância, a AJAP levou como tema à FNA “Pensar Global pela Internacionalização da Agricultura”, demonstrando que tem que continuar a haver um trabalho conjunto a fim de ajudar as empresas agrícolas a expandirem-se noutras geografias de mercados.



Presença da AJAP nos seminários das ilhas do Pico e Faial

O mês de julho trouxe à AJAP a possibilidade de fazer parte do importante Seminário sobre Produção de Carne de Bovino, que decorreu nas ilhas do Faial e do Pico, nos Açores. Destacamos a participação que a AJAP teve no primeiro painel sobre a “Importância e Modelos de Organizações de Produtores de Carne de Bovino”. O responsável por estes seminários, Jorge Pereira, também presidente da Cooperativa Verd’Atlântico faz um resumo da discussão levada a cabo, nos passados dias 11 e 12 de julho.



Desbravar caminho para fazer crescer e valorizar a Carne dos Açores

Num tempo em que inovação, consolidação de relações e capacidade de perceber a tendência dos mercados, geram novos caminhos, cada vez mais exigentes, mas simultaneamente cada vez mais abertos à diferenciação de produtos, a produção de carne de bovino dos Açores tem tido mais oportunidades para entrar nos principais canais de comercialização a nível nacional e de chegar aos consumidores portugueses como referência de qualidade. Mas, apesar de uma evolução positiva, o momento é particularmente delicado, pois o setor da carne de bovino atravessa grandes dificuldades, provocados pela queda acentuada de preços ao produtor e pelo aumento da concorrência no mercado português, resultado de fatores como o embargo russo e a estagnação do consumo devido ao arrefecimento das economias a nível global.

Neste contexto, e à procura de soluções de fundo para o futuro neste setor, as Associações de Agricultores e de Jovens Agricultores das ilhas do Faial e do Pico, numa organização conjunta com a Cooperativa Verd'Atlântico, levaram a efeito um amplo debate, no passado mês de julho, envolvendo produtores e especialistas com conhecimento e experiência no panorama agrícola em Portugal.

Neste seminário, no qual contamos com a colaboração do diretor geral da AJAP, Firmino Cordeiro, um dos aspetos centrais foi a necessidade do reforço da organização de produtores. Também aqui numa dupla perspetiva: na capacidade de se criarem estruturas com dimensão suficiente para formar e prestar apoio técnico aos produtores e, por outro lado, na capacidade de inovação e de negociação junto da grande distribuição, mas também da restauração, para uma melhoria na forma como se trabalha a carne ao longo de toda a fileira. Para resumir escolho uma mensagem de um dos oradores: “não vale a pena caminhar sozinho porque a aprendizagem leva muito mais tempo, precisamos ser profissionais e atingir resultados...”.

Jorge Pereira | Presidente da Cooperativa Verd'Atlântico

Audição Parlamentar “Novo ciclo de políticas comunitárias para a agricultura, floresta e desenvolvimento rural no Algarve”

A convite do deputado Miguel Freitas, marcaram presença, em Tavira, os dirigentes das principais confederações portuguesas do setor agrícola, com o objetivo de esclarecimento e debate sobre os apoios agrícolas disponíveis para a região algarvia e o estado do setor ao nível nacional.

Em análise, o Partido Socialista, concluiu nesta audição parlamentar que o setor agrícola algarvio tem sido “penalizado pelo Governo” no que respeita ao acesso aos fundos comunitários, sublinhando ainda que o investimento agro-florestal “recebe menos de 10% do que o resto do país”. As críticas foram também direcionadas à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, pelo estado degradado em que a agricultura da região se encontra.

De forma geral, os dirigentes das associações agrícolas reconhecem que o setor agrícola, no geral, tem tido algumas melhorias nos últimos anos, no entanto, a existência de lacunas ainda é uma evidência. Firmino Cordeiro, da AJAP, também presente nesta iniciativa, não poupou críticas ao facto de haver uma obrigatoriedade de investimento mínimo por parte do jovem agricultor, para conseguir financiamento através do PDR. Traduzem-se em valores demasiado altos e que por conseguinte fazem “uma distinção entre jovens agricultores ricos e jovens agricultores pobres”, rematou o Diretor Geral da AJAP.



PORTUGAL
agro uma ligação forte
à nossa terra

*Feira Internacional das
Regiões, da Agricultura
e do Agro Alimentar*



21-23 NOV 2015

FIL | PARQUE DAS NAÇÕES

www.portugalagro.fil.pt

*Bons produtos e bons negócios
à mão de semear.*

**Grande Encontro da
Agricultura Nacional**

ORGANIZAÇÃO:



PATROCINADOR OFICIAL:



Em simultâneo:



**Alimentaria
& Horexpo**

LISBOA 2015

22 A 24 NOV

EXCLUSIVAMENTE PARA PROFISSIONAIS

www.alimentariahorexpo.fil.pt